

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS002816/2014
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/11/2014
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR076702/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46271.004585/2014-51
DATA DO PROTOCOLO: 26/11/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FIACAO, TECELAGEM E MALHARIAS DA REGIAO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 87.815.452/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS GRACA DE ARAUJO;

E

SINDICATO TRABALHADORES NAS IND DE FIACAO E TECELAGEM, CNPJ n. 88.661.707/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RENATO JOAO DALL AGNOL;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos **Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem**, com abrangência territorial em **Caxias do Sul/RS**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO MÍNIMO**

01. Aos empregados admitidos após a data base e aos que vierem a ser admitidos na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica assegurado um **Salário Normativo Mínimo** de **R\$ 900,00** (novecentos reais) mensais ou equivalente em hora a partir de 1º de novembro de 2014. Este valor formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

02. O salário normativo mínimo não será considerado salário profissional ou substitutivo do salário mínimo legal.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

As empresas concederão, na folha de pagamento do mês de novembro de 2014, a todos os seus empregados admitidos até 1º de novembro de 2013, um reajuste salarial, para efeito da revisão da Convenção Coletiva de Trabalho de **7,50%** (sete vírgula cinquenta por cento), a incidir sobre os salários resultantes da **Convenção Coletiva de Trabalho** firmada no ano anterior, o que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL - TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Os empregados admitidos entre 1º de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2014 terão seus salários alterados

pelo único critério da tabela de escalonamento abaixo, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (1º de novembro de 2014), percentuais incidentes sobre o salário de admissão.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Admissão	Percentual	Admissão	Percentual
Novembro/2013	7,50%	Maio/2014	3,68%
Dezembro/2013	6,85%	Junho/2014	3,06%
Janeiro/2014	6,21%	Julho/2014	2,44%
Fevereiro/2014	5,57%	Agosto/2014	1,82%
Março/2014	4,94%	Setembro/2014	1,21%
Abril/2014	4,31%	Outubro/2014	0,60%

Em hipótese alguma resultante da variação proporcional acima especificada poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do empregado mais antigo na empresa, exercente de mesmo cargo ou função. Da mesma forma não poderá empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÃO DOS REAJUSTES NO PERÍODO REVISANDO

Os reajustes salariais concedidos entre 1º de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2014, poderão ser utilizados para compensação com as variações aqui previstas, de vez que os percentuais do reajuste salarial ora concedidos, incorporam todos os reajustes salariais, espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados previstos de 1º de novembro de 2013 até 31 de outubro de 2014, inclusive, zerando quaisquer índices inflacionários da categoria até 1º de novembro de 2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE REAJUSTES FUTUROS

Os reajustes salariais espontâneos ou coercitivos, com exceção dos concedidos nesta convenção, praticados a partir de 1º de novembro de 2014 e na vigência da presente poderão ser utilizadas como antecipação e para compensação, em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feito revisional ou ainda decorrentes de política salarial.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO DO REAJUSTE SALARIAL

Os reajustes até agora previstos serão praticados juntamente com a folha de pagamento do mês de novembro de 2014, ou em até 30 (trinta) dias após o protocolo da presente no órgão competente, ficando o salário dos empregados vinculados às empresas pertencentes ao Sindicato Patronal com a presente revisão, considerados atualizados e compostos pela presente transação até a data base da categoria situada em 1º de novembro de 2014.

CLÁUSULA NONA - QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão dos reajustes salariais mencionados acima, fica integralmente cumprida pelas empresas integrantes da categoria econômica toda a legislação aplicável de 1º de novembro de 2013 até 31 de outubro de 2014, incluindo todos os diplomas legais pertinentes a política salarial do aludido período, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais acima previstos formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA

01. Será permitida a autorização individual para lançamento em folha de pagamento dos descontos prévia e por escrito, autorizados pelos empregados, a teor de clausulamento já tradicional e existente em revisões anteriores.

02. A autorização poderá ser revogada a qualquer momento pelo empregado, sempre por escrito, ainda que sem

justificativa.

03. Ressalva que qualquer reivindicação referente a esta cláusula corresponderá a ação de cumprimento de sentença normativa.

04. As autorizações e as revogações serão efetuadas em duas vias de igual teor, uma das quais será fornecida ao empregado mediante recibo, tendo eficácia tão somente para o futuro, respeitados os compromissos já assumidos e/ou cumpridos pelos empregados.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS, FÉRIAS E VERBAS RESCISÓRIAS

01. O pagamento dos salários quando feitos no 5º (quinto) dia útil e este recair em sexta-feira ou véspera de feriado, deverá ser efetuado até às 12:00 (doze horas), se o pagamento for em cheque e, após aquele horário, deverá ser feito em moeda corrente ou crédito em conta corrente bancária.

02. O pagamento das férias quando feito em sexta-feira ou véspera de feriado, deverá ser efetuado até às 12:00 (doze horas), se o pagamento for em cheque e, após aquele horário, deverá ser feito em moeda corrente ou crédito em conta corrente bancária.

03. O pagamento das verbas rescisórias quando o último dia do prazo recair em sexta-feira ou véspera de feriado, deverá ser efetuado até às 12:00 (doze horas), se o pagamento for em cheque e, após aquele horário, deverá ser feito em moeda corrente ou crédito em conta corrente bancária.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUINQUÊNIO

A partir de 1º de novembro de 2014, os empregados passarão a perceber o valor de **R\$ 48,50** (quarenta e oito reais e cinquenta centavos) por período de 05 (cinco) anos de serviço efetivo contínuo prestado pelo empregado na mesma empresa, a título de adicional por tempo de serviço – **Quinquênio**, respeitado para fins de cálculo o máximo de 05 (cinco) quinquênios, correspondente a 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ESCOLAR

Fica instituída, inclusive e expressamente para a previsão do disposto na alínea "t", do inciso "5", do § 9º, do art. 28, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e dentro do permissivo do art. 7º, da Constituição Federal, o seguinte plano educacional para os empregados que percebam um salário igual ou inferior a 3 (três) salários normativos mínimos estabelecidos na presente revisão, sem que tal benefício integre a remuneração do empregado ou seja considerado como salário "in natura", dentro das seguintes condições:

01. Para os trabalhadores que estejam cursando os 1ºs e 2ºs graus, será pago uma ajuda de custo para material escolar no valor de **R\$ 147,09** (cento e quarenta e sete reais e nove centavos) até 10 de outubro de 2015, mediante comprovante de matrícula e frequência.

02. Ficam isentas do pagamento deste auxílio as empresas que mantêm fundações e que já destinam doações deste gênero em montante anual igual ou superior a **R\$ 147,09** (cento e quarenta e sete reais e nove centavos) por beneficiário acima especificado.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas cujos empregados não estiverem abrangidos por seguro de vida em grupo ou outros benefícios equivalentes, pagarão aos herdeiros do empregado que venha a falecer durante a vigência da presente convenção uma indenização equivalente a 1,5 (um e meio) salário normativo da categoria vigente à época do

falecimento a título de auxílio funeral.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO - DISPENSA DE CUMPRIMENTO

Dispensa por parte das empresas do restante do aviso prévio, quando o empregado despedido e pré-avisado comprovar, por escrito, a obtenção de novo emprego, sendo responsabilidade das empresas somente os dias trabalhados no período do aviso.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PERÍODO PRÉ APOSENTADORIA - ESTABILIDADE

Os empregados que estiverem a 12 (doze) meses de sua possível aposentadoria, por idade ou tempo de serviço, terão neste período garantia de emprego condicionada a:

01. Percebam remuneração mensal não superior a 2,5 (dois e meio) salários normativos mínimos, na época da comunicação prevista no subitem 03 (zero três) abaixo.
02. Tenham uma efetividade mínima de 10 (dez) anos na mesma empresa.
03. Comuniquem e comprovem o início do período de 12 (doze) meses, em forma de ofício assinado por si, assistido pelo Sindicato Profissional, em duas vias de igual teor e forma, numa das quais deverá constar, para validade, o obrigatório ciente da empresa.
04. A garantia estabelecida na presente cláusula cessará na hipótese do empregado não se aposentar na data prevista para tal e mencionada no ofício ou não lhe for concedida a aposentadoria, não sendo em nenhuma hipótese prorrogável a garantia de emprego em causa.
05. A garantia de emprego só poderá ser solicitada em uma única oportunidade, não sendo viável renová-la.
06. O empregado que receber aviso prévio, a partir desta data não poderá usar do presente dispositivo.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Confirmando uso e costume já estabelecido, respeitando, ainda, o número de horas de trabalho contratual e semanal, poderão as empresas, ultrapassar a jornada normal até o máximo legal permitido, inclusive em atividade insalubre, visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, inclusive aos sábados, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, garantindo o repouso semanal remunerado de um dia, independentemente de feriados e observados os critérios adotados na cláusula "Compensação Extraordinária da Jornada de Trabalho" prevista nesta Convenção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO - FERIADÕES

01. Sempre que ocorrer a hipótese de um dia útil recair entre feriados ou dias de repouso, as empresas ficam autorizadas a promover compensação das horas deste dia em outras datas, de acordo com a conveniência do trabalho, desde que haja concordância, mediante votação secreta, de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) "mais um", dos empregados em atividade laboral no dia da votação.

02. Caso os empregados optem por não trabalhar nesses dias, e sendo também de interesse da empresa, com perda do respectivo salário do dia e, por consequência, sem compensação do horário suprimido, a adesão deverá ser no mínimo de 60% (sessenta por cento).

03. Esta compensação será comunicada ao Sindicato Profissional com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO - BANCO DE HORAS

Ratificada a compensação de horário semanal prevista na cláusula "Compensação de Horário", as empresas poderão adotar a compensação extraordinária da jornada de trabalho (sistema de débito e crédito de horas de trabalho), nos termos da legislação vigente, observada a jornada diária máxima de 10 (dez) horas e assegurado o repouso semanal remunerado, ressalvadas as hipóteses do art. 61 da CLT:

01. A compensação realizada nestes termos não acarretará qualquer modificação no salário mensal do empregado.

02. As empresas que optarem pela implantação da compensação extraordinária aqui prevista deverão comunicar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, ao Sindicato Profissional.

03. As empresas enviarão para o Sindicato Profissional, a cada 90 (noventa) dias, uma relação, por empregado, das horas em compensação, bem como manterão os empregados informados nos mesmos termos.

04. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da eventual jornada extraordinária, o empregado fará jus ao pagamento das horas suplementares não compensadas, calculadas com o adicional de lei e na forma do § 3º, do art. 59, da CLT, com a redação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98.

05. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado serão descontados do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa.

06. Na hipótese de demissão por iniciativa da empresa, não haverá quaisquer descontos do empregado de eventuais horas pagas e não compensadas.

07. Em qualquer hipótese, a compensação somente poderá ser feita no máximo durante 02 (duas) horas diárias de segunda a sexta-feira, ou aos sábados, sempre assegurando um sábado livre por mês, de preferência aquele após o pagamento mensal, ressalvadas as previsões do art. 61 da CLT.

07.01. Para os empregados que não laboram normalmente aos sábados, a jornada para efeitos da compensação extraordinária aqui prevista, será de no máximo 08 (oito) horas.

08. As empresas comunicarão, por escrito, aos empregados e ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a dispensa do trabalho para efeitos de compensação, exceção feita às previsões do art. 61 da CLT.

08.01. O empregado que justificar, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sua ausência no horário definido para compensação, poderá compensá-lo em outra oportunidade. Não havendo possibilidade de compensação em outra oportunidade, a empresa fica autorizada a descontar do empregado em folha de pagamento as horas não compensadas.

09. Para a implantação da compensação extraordinária da jornada de trabalho, nos termos desta cláusula, a Empresa deverá implementar o registro de horário de seus empregados, quer de forma manual, mecânica ou eletrônica.

10. A hora suplementar não compensada até o final do prazo de compensação ingressará na folha de pagamento do mês onde ocorrer o término do prazo de compensação.

10.01. Na hipótese de eventuais horas pagas e não compensadas (crédito para a empresa) não haverá quaisquer descontos do empregado, ressalvada a previsão do subitem 08.01 supra.

10.02. Na hipótese de eventuais horas suplementares realizadas e não compensadas (crédito para o empregado) o pagamento das mesmas deverá ser feito com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

11. As empresas não prejudicarão as empregadas que tenham filhos em creches, escolinhas e as gestantes, além dos empregados estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecidos ou em cursos profissionalizantes.

11.01. Na hipótese de trabalho suplementar de empregadas com filhos em creches ou escolinhas, das gestantes e de empregados estudantes, deverá haver requerimento expresso do empregado, assistido pelo Sindicato Profissional.

12. O cancelamento desta jornada flexível poderá ser feito a qualquer momento mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados.

13. A compensação extraordinária aqui prevista poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris, em linhas de atividades, ou individualmente de forma alternada para os empregados que desempenham a mesma função, de conformidade com a conveniência das empresas.

14. A compensação extraordinária da jornada de trabalho aqui prevista não implicará em prejuízos aos empregados relativos à décimo terceiro salário, férias e repouso semanais remunerados.

15. Será nula a presente compensação extraordinária na hipótese de descumprimento de qualquer dos itens anteriores.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS - FALECIMENTO E INTERNAÇÃO HOSPITALAR

01. As empresas abonarão, durante a vigência da presente convenção, 01 (um) dia de serviço para o caso de falecimento de sogro ou sogra, contado a partir do exato momento da morte.

02. Abonarão, ainda, as empresas, durante a vigência da presente convenção, 02 (dois) dias de serviço para o caso de internação hospitalar de filho menor de 06 (seis) anos de idade, comprovado os fatos em até 48 (quarenta e oito) horas após o evento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS - ESTUDANTE

01. As empresas abonarão os períodos de ausência dos empregados estudantes, exclusivamente para a prestação de exames e vestibulares, realizados desde que estejam os mesmos matriculados em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, e os exames se realizarem em horário total ou parcialmente conflitante com o seu turno de trabalho.

02. O empregado, para gozar do benefício acima previsto, deverá avisar ao empregador com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, obrigado, ainda, a comprovar posteriormente o fato através de atestado fornecido pelo estabelecimento escolar.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TRANSPORTE - PERÍODO DE TRAJETO

Na hipótese das empresas fornecerem ou subsidiarem, total ou parcialmente, condução aos seus empregados para e do local de trabalho, em qualquer horário, o tempo gasto nos períodos de trajeto não será considerado de disponibilidade, nem poderá gerar quaisquer efeitos na contratualidade laboral.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA - FORNECIMENTO

As empresas fornecerão gratuitamente uniformes aos seus empregados, em número não inferior a 02 (dois) anuais, quando exigido o seu uso obrigatório. Ocorrendo a hipótese de saída do empregado do emprego, esta determinará a devolução dos uniformes.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CIPA - RELAÇÃO DOS ELEITOS

As empresas enviarão ao Sindicato Profissional, no prazo de 10 (dez) dias após a eleição, a relação dos empregados eleitos na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS - VALIDADE

As empresas reconhecerão validade aos atestados médicos fornecidos pelos médicos do Sindicato Profissional, credenciados pelo INSS, desde que os atestados sejam visados pelo médico da empresa e não atestem períodos superiores a 01 (um) dia de ausência ao serviço.

RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PARA O SINDICATO PATRONAL

As empresas que possuírem mais de **03 (três) empregados** em seu quadro funcional, recolherão para o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul - **FITEMASUL**, o valor correspondente a **12% (doze por cento)** do salário normativo por empregado, da seguinte forma:

01. Até **10 de março de 2015**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de janeiro de 2015.

02. Até **10 de maio de 2015**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de março de 2015.

03. Até **10 de julho de 2015**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de maio de 2015.

04. Até **10 de setembro de 2015**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de julho de 2015.

05. As empresas que **não possuírem empregados** ou **com até 03 (três) empregados**, recolherão ao Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul - **FITEMASUL**, **04 (quatro) parcelas de R\$ 85,00** (oitenta e cinco reais) **cada**, até os dias **10 de março, 10 de maio, 10 de julho e 10 de setembro de 2015**, respectivamente.

06. A contribuição é estabelecida por expressa deliberação e autorização da Assembleia Geral do Sindicato Econômico e qualquer atraso nos recolhimentos acima importará em correção monetária, acrescida de juros legais e multa de 10% (dez por cento).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PARA O SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados e prestadores de serviços, sindicalizados ou não, beneficiados ou não pela presente revisão, em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, por conta e responsabilidade do mesmo, o valor equivalente a **3,00%** do salário de cada trabalhador na folha de pagamento do mês de **Dezembro de 2014** e **3,00%** do salário de cada trabalhador na folha de pagamento do mês de **Maio de 2015**, a título de "**Taxa de Manutenção**", para o financiamento da negociação coletiva, custeio da reestruturação da Entidade Sindical da categoria e outras atividades sindicais, em conformidade com o Art. 2º, letra "g" do Estatuto Social, e com a Assembleia Geral e seu Edital de Convocação.

01. Também deverá ser efetuado desconto equivalente a **3,00%** de seu salário aos empregados demitidos no mês de **Dezembro de 2014** e **Maio de 2015**.

02. Os valores correspondentes aos descontos acima citados deverão ser repassados ao Sindicato Profissional até o 10º (décimo) dia subsequente ao do desconto,

03. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da realização da Assembléia, para os empregados, que discordarem manifestarem-se individualmente e por escrito perante a Entidade Sindical Profissional.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS

As empresas veicularão no quadro de avisos existente na empresa comunicados e esclarecimentos fornecidos pelo Sindicato Profissional, devendo ditos comunicados e esclarecimentos serem aprovados, previamente, pela direção da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CAIXA DE SUGESTÕES

As empresas permitirão a colocação de uma caixa de sugestões, em local a ser definido de comum acordo entre as empresas e o Sindicato Profissional. O material depositado na referida caixa será para conhecimento exclusivo do Sindicato Profissional.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DIVERGÊNCIAS

Quaisquer divergências na aplicação das normas da presente **Convenção Coletiva de Trabalho**, deverá ser resolvida em reunião convocada pela parte interessada, mediante prévia comunicação à parte adversa com 10 (dez) dias de antecedência. Permanecendo a divergência quanto à aplicabilidade desta Convenção, a parte poderá recorrer à Justiça do Trabalho.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EFICÁCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A eficácia da presente Convenção Coletiva de Trabalho fica condicionada a prévio depósito de uma via no órgão Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, o que as partes comprometem-se a fazê-lo conjuntamente.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - COMINAÇÕES NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Na vigência da presente **Convenção Coletiva de Trabalho** as cominações para eventuais infrações das condições aqui estabelecidas serão aquelas previstas nas cláusulas próprias e/ou que tenham previsão legal.

CARLOS GRACA DE ARAUJO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FIACAO, TECELAGEM E MALHARIAS DA REGIAO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

RENATO JOAO DALL AGNOL
PRESIDENTE

SINDICATO TRABALHADORES NAS IND DE FIACAO E TECELAGEM